

Capitalismo progressivo numa era sem futuro

Eleutério F. S. Prado¹

Nesta nota faz-se uma resenha do último livro de Joseph E. Stiglitz, cujo título, traduzido, é *Pessoas, poder e lucro – capitalismo progressivo para uma era de descontentamento*.² Para fazê-lo, inicialmente é preciso explicar o termo que emprega para designar o projeto de reforma do capitalismo realmente existente. Como ele mesmo diz, “capitalismo progressivo” é um novo nome para aquilo que na Europa é conhecido como socialdemocracia e que, atualmente, é chamado nos Estados Unidos de socialismo democrático. Diz que prefere esse novo nome provavelmente para lembrar aos incautos que se trata de reformar o capitalismo e não de suprimi-lo, tal como o termo socialismo, eventualmente, pode indicar.

A seu projeto de transformação nasce de um desejo de superar o que se pode ver como uma catástrofe social, um processo em andamento nos EUA:

Nos países mais avançados, a economia de mercado tem falhado para grandes porções da sociedade. Em nenhum lugar, isto se mostra mais verdadeiro do que nos Estados Unidos. Há muito visto como o representante emblemático da promessa do individualismo de livre-mercado, a América atualmente tem maior grau de desigualdade e menor grau de mobilidade social do que a maioria dos países desenvolvidos. Após crescer por um século, a expectativa de vida média agora está declinando. E, para os 90 por cento situados na parte de baixo da escala da repartição da renda, os salários (ajustados pela inflação) está estagnado: a renda de um trabalhador típico hoje está no mesmo nível de 40 anos atrás.

É bem evidente que Stiglitz apreende esse fenômeno histórico da perspectiva da repartição da renda entre as classes, mas não as define estruturalmente – pelo menos explicitamente. Para ele, as classes se definem pela renda recebida pelos indivíduos que as compõem; assim, ele distingue os muito ricos, os da classe média e os pobres. A figura em sequência expõe o seu ponto de vista de um modo bem significativo.

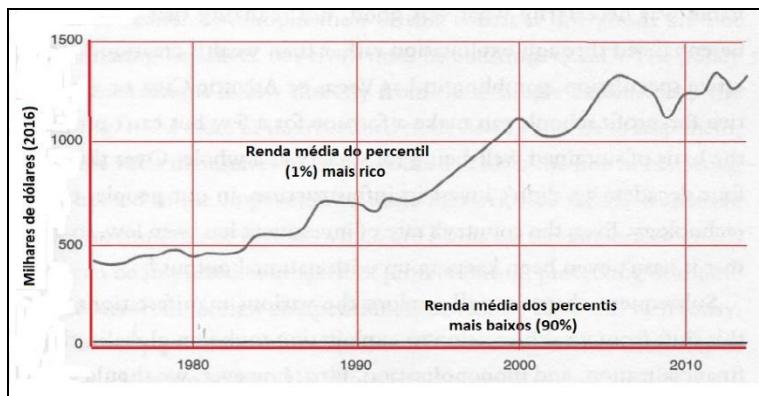
O que essa figura mostra? Mostra que a renda média do percentil mais rico (1% da população) evoluiu de uma média em torno de 400 mil dólares, em 1970, para um média aproximada de 1.200 mil dólares, em 2017. Enquanto isso, a renda média de quase todos os percentis abaixo, ou seja, de 90 por cento da população, permaneceu praticamente constante durante todo o período. E essa evidência é, sim, um retrato percuciente do que aconteceu na sociedade norte-americana a partir do fim da “era de ouro” do capitalismo. Ela exprime sinteticamente o que ocorreu com a capacidade dos indivíduos e das famílias de adquirir alimentação, vestuário, saúde, educação etc. Ora,

¹ Professor aposentado e sênior do Departamento de Economia da FEA/USP. Correio eletrônico: eleuter@usp.br. Blog na internet: <https://eleuterioprado.blog>.

² Stiglitz, Joseph – *People, power, and profits – progressive capitalism for an age of discontent*. New York, London: W. W. Norton & Company, 2019.

esse comportamento da evolução da renda deve ser sido acompanhado também de uma estagnação da mobilidade social, tal como referido por Stiglitz no parágrafo citado.

Figura chave
História da renda média nos EUA antes dos impostos



A explicação que Stiglitz dá para esse fenômeno social não aponta, como já foi dito, para a dimensão estrutural do desenvolvimento do capitalismo, ou seja, para o processo de acumulação de capital enquanto tal nesse país dito desenvolvido. Mas não deixa de se remeter à divisão funcional da renda numa perspectiva keynesiana. Para ele, a causa desse fenômeno se encontra numa mudança radical da política econômica a partir dos anos 1980 do século passado, ou seja, no abandono do keynesianismo e da adoção do neoliberalismo em seu lugar. Essa transformação, segundo ele, trouxe consigo uma mudança de poder na sociedade, criou as condições para que o sistema econômico fosse invadido e dominado pelos “ladrões de riqueza”. E aqui é importante entender como Stiglitz comprehende a criação do valor e a apropriação desse valor:

A verdadeira e sustentável riqueza das nações não vem da exploração de outros países, recursos naturais e pessoas, mas da engenhosidade e da cooperação humanas, muitas vezes facilitada por governos e instituições da sociedade civil. (...) Em breve reflexão, deveria ser óbvio que estas são as fontes da prosperidade material. E, no entanto, a criação de riqueza é frequentemente confundida com a extração de riqueza. Indivíduos e corporações podem enriquecer confiando no poder do mercado, na discriminação de preços e em outras formas de exploração. Mas isso não significa que eles tenham contribuído para a riqueza da sociedade. Pelo contrário, esse tipo de comportamento muitas vezes deixa todo mundo pior em geral. Os economistas referem-se a tais ladrões de riqueza, que buscam obter uma fatia maior do bolo econômico além daquela que criam, como rentistas (rent-seekers).

É evidente que se tem aqui uma espécie de retomada das teorias da economia clássica; e esse retomada, como se sabe, é uma das características fundadoras do keynesianismo original. O valor – ele diz – é gerado pela “engenhosidade e cooperação”, ou seja, pelo trabalho concreto das pessoas que trabalham, incluindo-se aí não apenas os trabalhadores assalariados, mas também os empreendedores capitalistas que atuam na indústria em geral. Na economia política clássica os rentistas eram os proprietários de terra, os quais obtinham renda não do próprio trabalho, mas apenas por possuírem direitos de propriedade sobre a terra. Agora, o uso do termo foi generalizado para incluir

os recebedores de juros, os grandes proprietários de capital acionário e mesmo as empresas monopolistas.

Veja-se, em particular, o que diz sobre estas últimas: “as megacorporações usam o seu poder de mercado para se enriquecerem às custas de todos os outros”. Ao mesmo tempo, Stiglitz acusa essas empresas de transferir para fora do país, em busca de lucro fácil, as operações trabalho intensivas, reduzindo, assim, tanto a oferta de emprego como os salários reais nos Estados Unidos. Em consequência, a chamada “classe média” foi e está sendo dizimada nessa nação. Nota-se para entender melhor o que vem a frente que ele designa por “classe média” a classe dos trabalhadores assalariados da grande indústria. Ademais, note-se também que ele aponta para o retorno de um fenômeno que é classicamente chamado de “proletarização”, ou seja, a tendência para empobrecimento relativo dos trabalhadores assalariados.

Eis o que diz:

Agora, a classe média está sendo esvaziada nos dois lados do Atlântico. Reverter esse mal-estar requer que seja apreendido o que deu errado a fim de traçar um novo rumo, abraçando o capitalismo progressista, que, embora reconheça as virtudes do mercado, também reconhece suas limitações e garante que a economia funcione para o benefício de todos.

Não podemos simplesmente retornar à idade de ouro do capitalismo ocidental nas décadas após a Segunda Guerra Mundial, quando um estilo de vida de classe média parecia estar ao alcance da maioria dos cidadãos. Nem nós necessariamente desejamos isso. Afinal, o “sonho americano” durante este período foi principalmente reservado a uma minoria privilegiada: aos homens brancos.

Podemos agradecer ao ex-presidente dos Estados Unidos, Ronald Regan, e à ex-primeira-ministra britânica, Margaret Thatcher, pela atual situação. As reformas neoliberais dos anos 80 baseavam-se na ideia de que mercados irrestritos trariam prosperidade compartilhada por meio de um processo de gotejamento (trickle down process) místico. Disseram-nos que baixar as taxas de impostos sobre os ricos, a financeirização e a globalização resultariam em padrões de vida mais altos para todos. Em vez disso, a taxa de crescimento dos EUA caiu cerca de dois terços do seu nível na era do pós-guerra – um período em que as regulamentações financeiras eram rígidas e em que a taxa de marginal do imposto sobre indivíduos ficava acima de 70%; ademais, uma parcela maior da riqueza e da renda deste crescimento limitado foi canalizado para o topo 1% da distribuição da renda. Em vez da prosperidade prometida, obtivemos uma desindustrialização, uma polarização social e uma classe média em declínio. A menos que esse roteiro seja mudado, tais padrões continuarão – ou piorarão.

Felizmente, existe uma alternativa ao fundamentalismo de mercado. Através de um reequilíbrio pragmático do poder entre governo, mercados e sociedade civil, podemos nos mover em direção a um sistema mais livre, mais justo e mais produtivo. O capitalismo progressivo significa forjar um novo contrato social entre eleitores e autoridades eleitas, trabalhadores e corporações, ricos e pobres. Para tornar mais uma vez um padrão de vida de

classe média como uma meta realista para a maioria dos americanos e europeus, os mercados devem servir à sociedade, e não vice-versa.

No livro, essas teses analíticas e essa proposta normativa estão desenvolvidas como bastante detalhe. Stiglitz divide o volume em duas partes: na primeira, descreve o que chama de descaminho (*losing the way*) da sociedade norte-americana e, na segunda, procura mostrar a sua proposta para tomar o outro caminho, seja no plano político seja no plano econômico. É esse “novo” caminho, na verdade uma retomada do caminho socialdemocrático, como já se mencionou, que ele chama de capitalismo progressivo.

Note-se que, na introdução do livro, apresenta mais extensamente as ideias que aqui foram resumidas. No capítulo 2, desenvolve a análise econômica do período neoliberal para mostrar que ele levou a um menor crescimento e a uma crescente desigualdade. No capítulo 3, apresenta detalhadamente a sua teoria da riqueza e da renda, assim a sua teoria da exploração e do poder de mercado. Em sequência, no capítulo seguinte, Stiglitz explora os descaminhos da globalização – um desenvolvimento que defende em tese –, mas que critica por ter prejudicado os trabalhadores norte-americanos. No capítulo 5, mostra como a desregulação das finanças produziu não apenas concentração da renda, mas também uma crise de enormes proporções, a crise de 2008. As consequências possíveis e preocupantes da nova onda tecnológica são examinadas no capítulo 6. Finalmente, no último capítulo da primeira parte, procura justificar a necessidade do Estado e do governo para complementar os mercados, regulando adequadamente as atividades econômicas em geral.

É interessante observar que, no capital final, denominado de “*Reclaiming América*”, ele procura mostrar que, ao desenvolver sua proposta, nada mais faz do que reivindicar as tradições liberais dos Estados Unidos. Considera, entretanto, que as transformações reacionárias das duas últimas décadas foram tão profundas que, para voltar aos ideais do passado, para retomar um caminho supostamente progressista, seriam necessárias outras transformações igualmente profundas. E aqui, é evidente, cabe um bocado de idealizações sobre o que seria a essência última dos Estados Unidos: “minha convicção” – diz ele – “é que, apesar do momento [ruim] em que estamos agora, apesar da imagem [desoladora] atualmente fornecida ao mundo, é que somos em essência um país que acredita na justiça, na igualdade de oportunidades e no que a Estátua da Liberdade representa”.

Mas, de qualquer modo, com essa reivindicação, ele aponta que mesmo a imagem e a autoimagem ideológica dos Estados Unidos foi já ou está sendo destruída. E não só do ponto de vista das outras nações e dos outros povos que não os Estados Unidos, mas do ponto de vista dos próprios norte-americanos. Considera que a atual presidência conspira contra os valores do iluminismo em nome de um conservadorismo religioso que não aprecia as ideias de evolução, desconfia da pluralidade de ideias, do embate das discussões políticas que a democracia propicia e não gosta da tolerância e da liberdade.

Já na campanha para a presidência – aponta –, Donald Trump foi além do tradicional conservadorismo do Partido Republicano. Para ele, o atual mandatário “de fato é um revolucionário: alguém que ataca vigorosamente as instituições centrais da

sociedade, por meio das quais os norte-americanos sempre adquiriram conhecimento e se certificaram da verdade.” Mais do que isso, os seus alvos preferidos foram certas instituições tradicionais dos Estados Unidos, incluindo “as universidades, a comunidade científica e o judiciário”. Ele não deixou também – e agora com ímpeto redobrado – de atacar os meios de comunicação com a afirmação constante de que produzem “notícias falsas” (ou seja, “fake news”).

Stiglitz parece quer reviver, sob outras palavras, o dilema “socialdemocracia ou barbárie” mediante o qual se buscou, no século XX, substituir o dilema “socialismo ou barbárie” do século XIX. Para ele, o capitalismo progressista é a única opção civilizatória. De modo pouco convincente, garante que assim se recupera o crescimento econômico e a sociedade de classe média para norte-americanos e europeus. “O que precisamos” – diz ele – “é de um contrato social século XXI que assegure a todos os cidadãos acesso à saúde, educação, segurança, habitação barata e um emprego decente”.

O quadro traçado pelo livro é impressionante, ainda que ele não tenha ido às razões últimas do relativo declínio americano. Como se sugeriu aqui em outros *posts* a causa mais profunda desse declínio é o rebaixamento “secular” da taxa de lucro no pós-guerra, uma queda tendencial que chegou a um ponto de mínimo na década dos anos 1970, sem que uma recuperação suficiente tivesse ocorrido depois. O dilema que afronta os intelectuais como Joseph E. Stiglitz é incapacidade estrutural do Estado e, assim, dos governos atuais, de conciliar a acumulação privada de capital em decrescimento relativo com as necessidades sociais em crescimento também relativo da grande maioria dos norte-americanos e europeus. O resultado dessa falta de capacidade, como ele próprio observa na superfície da sociedade, é um menor crescimento econômico e uma repartição da renda pior.

Na verdade, essa contradição é um problema estrutural geral do capitalismo contemporâneo. Os gastos públicos (sociais e com infraestrutura), na segunda metade do século XX, tenderam a crescer mais rápido do que o PIB das nações e isto se refletiu num tamanho crescente dos gastos públicos. Essa contradição foi trancada até certo ponto no pós-II guerra mundial pela socialdemocracia nos países ricos e pelo desenvolvimentismo nos países pobres. Mas, nos anos 1980, o neoliberalismo retirou as trancas keynesiana (econômica) e polanyiana (social) que continham “a valorização do valor”, com a finalidade de permitir o renascimento de um capitalismo mais puro, solto das amarras civilizadoras. O “moinho satânico”, assim, voltou a moer a cidadania, o bem-estar e mesmo a democracia. Como o texto de Stiglitz mostra bem, essa nova racionalidade (Dardot e Laval), mais do que uma mera nova política econômica, fracassou.

Nós fizemos nos últimos quarenta anos um experimento com o neoliberalismo. A evidência mostra, sob qualquer medida, que ele falhou. E na medida mais importante – o bem-estar do cidadão comum – ele falhou miseravelmente. Precisamos salvar o capitalismo de si mesmo. Uma agenda de reformas capitalista progressista é a nossa melhor chance.

Será? O que advirá desse fracasso?